

Incorporação das dimensões de gênero e de igualdade racial e étnica nas ações de combate à pobreza e à desigualdade

A visão da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras/ AMNB

Jurema Werneck
Rio de Janeiro, agosto de 2006

Sumário:

1- Introdução	p. 3
2- Raça, gênero, pobreza	p. 4
a. O conceito de raça e as questões sociais e econômicas:	p. 4
b. As questões de gênero e a pauta das mulheres negras:	p. 7
c. Uma visão sobre a pobreza:	p. 9
3- Organizações de mulheres negras e a equidade	p.13
a. Ações de equidade racial no Brasil recente - breve panorama:	p.13
b. Equidade na visão da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras:	p.16
4- Participação social como instrumento de mudança	p.19
a. As mulheres negras e suas organizações:	p.21
5- Ações de equidade e combate à pobreza: algumas recomendações	p.22
6- Referências:	p.23
7- Anexos	p.25

Incorporação das dimensões de gênero e de igualdade racial e étnica nas ações de combate à pobreza e à desigualdade

A visão da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras/AMNB¹

A AMNB parte do entendimento de que a ação política, fundada nos princípios do interesse público e do fim das iniquidades é um dos pilares necessários para a realização da democracia e para a superação do racismo, do sexismo e da lesbofobia que marcam a sociedade brasileira.

- AMNB, Relatório da Reunião Nacional, novembro de 2005 -

1- Introdução:

A Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras/AMNB foi fundada no ano 2000 por um conjunto de mulheres negras integrantes de organizações não-governamentais de mulheres negras, das diferentes regiões do país. Atualmente integram a AMNB vinte e quatro organizações lideradas por mulheres negras de todas as regiões do país (ver anexo 1). Entre estas, são eleitas as integrantes do colegiado de coordenação, que é atualmente formado por cinco organizações.

O objetivo inicial era estabelecer as condições adequadas para a participação deste segmento no processo de mobilização e desenvolvimentos da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas/CMR (África do Sul, Durban, de 28 de agosto a 8 de setembro de 2001).

Esta mobilização respondia à compreensão generalizada entre as organizações de mulheres negras de ser a dimensão raça – e o racismo – o principal fator de produção das condições de vida adversas em que vivemos. Compreensão esta compartilhada com o restante das organizações negras brasileiras e latino-americanas. Isto exigiria atuação intensa na agenda das Nações Unidas, dedicada especificamente ao tema. E, por outro lado, dava materialidade ativa ao consenso entre as organizações fundadoras, da necessidade de protagonismo das mulheres negras em todo o processo, de modo a produzir resultados adequados aos interesses deste grupo específico.

Tais expectativas, diga-se, foram plenamente alcançadas, com importante destaque obtido pela atuação das mulheres negras brasileiras, principalmente ao longo do processo latinoamericano (Conferência das Américas contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, Santiago, 2001). Tendo a AMNB atuado intensamente em todo o processo preparatório (PrepCons), como também

¹ Este trabalho beneficia-se da valorosa contribuição de Nilza Iraci, coordenadora de Geledés – Instituto da Mulher Negra, integrante do colegiado de coordenação da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras.

durante a Conferência Mundial propriamente dita, em Durban, tanto no processo voltado para a sociedade civil, quanto no acompanhamento (e advocacy) ao longo das agendas governamentais.

Na revisão de seus objetivos empreendida no período após a III CMR, as integrantes da AMNB redefiniram seu caminho de atuação, assumindo a tarefa de advocacy no terreno das políticas públicas nacionais, de modo a introduzir a perspectiva da igualdade racial e de gênero nos diferentes programas de ação governamentais, nos diferentes níveis da administração pública. Dando maior ênfase à administração federal, em particular à políticas voltadas para as mulheres e para igualdade racial, além daquelas de desenvolvimento e de saúde. As ações previstas para o período pós-Conferência foram:

- Contribuir para o fortalecimento das ONGs de mulheres negras, capacitando-as para intervenção política qualificada;
- Ampliar e consolidar a intervenção da Articulação no cenário nacional e internacional;
- Implementar e monitorar os resultados da III Conferência Mundial contra o Racismo;
- Monitorar políticas públicas nos âmbitos federal, estadual e municipal para a melhoria da qualidade de vida das mulheres negras e da comunidade negra;
- Construir estratégia para inserção da temática da mulher negra na mídia nacional.

Fonte: Articulação de Ongs de Mulheres Negras Brasileiras
(folheto, s/ data)

A amplitude da demanda e das ações a que a AMNB se comprometeu a desenvolver tem esbarrado em desafios decorrentes das insuficiências de infraestrutura disponível às organizações de mulheres negras, da necessidade de maior qualificação em alguns dos temas trabalhados, bem como o desenvolvimento de um sistema ágil de monitoramento e avaliação de ações e objetivos.

Ainda assim, ao longo de 06 anos de atuação, a AMNB tem se destacado como interlocutora tanto de governos, quanto da sociedade civil e de agências multilaterais e internacionais, em temas relativos aos interesses das mulheres, adolescentes e meninas negras na diferentes esferas (ver anexo 2).

Ao mesmo tempo em que tem buscado alternativas de fortalecimento interno e da atuação política e institucional das mulheres negras, realizando periodicamente atividades de formação, de análise política e da produção de conteúdos.

2- Raça, gênero e pobreza:

a- O conceito de raça e as questões sociais e econômicas:

Raça não é um conceito biológico. Witzig(1996)² em artigo publicado em periódico de saúde, assinala que apenas 0,012% das variações genéticas responsáveis por diferenças entre humanos podem ser atribuídas à raça.

Ainda assim sua vitalidade como conceito sociológico e político é reiterada por sua presença nas diferentes esferas da vida social, cultural e política dos diferentes povos e nações.

Utilizada como categoria de hierarquização social, a raça – e mais precisamente, o racismo, ideologia associada - tem sido discutida por países e organismos multilaterais vinculados a Organização das Nações Unidas³. De fato, se por um lado o conceito carece de definições precisas, por outro afirma sua operacionalidade na produção de desigualdades que afetam diferentes grupos humanos em diferentes partes do mundo e não somente no Brasil.

Para Maria Inês Barbosa⁴, a definição e utilização do conceito raça abriga um histórico de constituição da dominação dos homens brancos ocidentais sobre o resto do mundo. Recorrendo ao pensamento de Edward Said, a autora demonstra o viés constitutivo da identidade ocidental enquanto atributo patriarcal e classista, que está na gênese dos processos de fundamentação das idéias de supremacia branca⁵. Reconhecendo também sua operacionalidade no caso brasileiro atual.

Ao vincular-se de forma intrínseca à hierarquização, à injustiça e à desigualdade, o conceito de raça implica necessariamente numa conexão com o conceito de racismo e com os processos de dominação e inferiorização resultantes. E expande para o terreno simbólico, das representações, sua persistência.

Um conjunto já expressivo de estatísticas e outras informações à disposição da sociedade tem sido suficiente para demonstrar a operacionalidade de raça e racismo no Brasil e na América Latina⁶. Ao mesmo tempo em que apontam para a centralidade com que o conceito deve ser trabalhado nas diferentes frentes voltadas para a produção de equidade e justiça social.

Um dos aspectos mais explicitados na coleta dos dados raciais é a capacidade do racismo de impedir ou diminuir o acesso de negras e negros, e em diferentes intensidades os demais grupos raciais e étnicos não-brancos, aos direitos humanos (vistos na perspectiva DHESCA). No entanto, muitas vezes este quadro de injustiça apresentado tem sido interpretado (por equívoco ou por vinculação ativa ao mito da democracia racial⁷) como consequência da pobreza.

² Witzig, Ritchie. The Medicalization of Race: Scientific Legitimization of a Flawed Social Construct, *Ann Intern. Med.*, 1996, 675-679

³ Ver documento final da III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, África do Sul, 2002

⁴ Barbosa, Maria Inês. Racismo e Saúde, Tese de Doutorado em Saúde Pública, USP, 1998.

⁵ Idem

⁶ Entre organismos estatais ou multilaterais produtores de dados ver IPEA, IBGE, PNUD, UNFEM, UNICEF, Ministério da Saúde/ FUNASA, CEPAL. Bem como a produção de organizações da sociedade civil como Criola, Geledés, Observatório Afrobrasileiro, AMNB, entre outros.

⁷ *Democracia racial* é um conceito criado no Brasil a partir do pensamento em vigor na década de 30 do século XX e quem tem como principal referência o pensamento do sociólogo Gilberto Freyre. Na perspectiva deste conceito, o Brasil seria um modelo de democracia onde a convivência entre negros, brancos e indígenas se desenvolveria sem conflitos, a partir das trocas afetivas e culturais desenvolvidas ainda no período escravocrata. Ao longo do século passado o conceito de democracia racial foi utilizado amplamente pelas elites nacionais (os brancos) como contraposição às afirmativas da população negra e seus movimentos sociais da vigência do

Em situações como estas, a análise de dados desagregados por cor vem a derrubar tais visões, explicitando a pertinência das desigualdades entre negras e brancos mesmo nas esferas de pobreza e indigência. E mais, demonstrando a maior vinculação entre raça e pobreza no Brasil e fora dele. De fato, os dados disponíveis tornam possível observar na prática a afirmação do pesquisador Stuart Hall de que “raça é o modo como a classe é vivida” (“race is the modality in which class is lived”, Hall et al, 1978).

Numa outra perspectiva, resultam do cenário de vitalidade da raça (e do racismo) os processos de positivação empreendidos por diferentes povos e grupos, especialmente aqueles em condição de diáspora.

No caso da população negra, são os descendentes e exilados do continente africano que desenvolverão um conjunto variado de aspectos simbólicos, culturais e políticos de produção e afirmação de identidade a partir da raça. No Brasil, este processo tem início com o desenvolvimento das idéias de raça e eugenia no Brasil em fins do século XIX. Paulatinamente, os agrupamentos étnicos (culturais, não genéticos ou fenotípicos) vão ser substituídos, e unificados, dando lugar a um conjunto “homogêneo” identificado por características fenotípicas, cuja validade estende-se ainda até século XXI.

Nestes movimentos de positivação, a tradução e reinterpretação da cultura originada no continente africano tiveram papel fundamental. Permitindo um novo modo de enraizamento do grupo a ela associado, ao mesmo tempo que conferia validade e modernidade à características ancestrais, antigas. Importante destacar que, pesquisas desenvolvidas por autoras como Lélia Gonzáles e Helena Theodoro permitem afirmar que, no caso brasileiro, grande parte das ações de produção de identidade e enraizamento, bem como de tradução cultural, está vinculada à ação das mulheres.

É em torno da raça que modalidades políticas e sociais de agrupamento, luta e resistência vão ocupar o lugar anteriormente vivido pelas associações culturais e religiosas, já na primeira metade do século XX. É desta época o surgimento da Companhia Negra de Teatro, do Teatro Experimental do Negro, da Frente Negra Brasileira, d’A Resistência (associação profissional de estivadores do Cais do Porto, no Rio de Janeiro), entre outros. Congressos e simpósios afro-brasileiros serão realizados e ainda em 1950 será empossado o Conselho Nacional de Mulheres Negras. Tais organizações vão desdobrar-se de forma crescente ao longo de todo século XX, vindo a constituir o que se convencionou chamar de Movimento Negro e de Movimento de Mulheres Negras. Permitindo aglutinar parcelas expressivas da sociedade brasileira em torno de ações de combate ao racismo e de afirmação identitária, permitindo também, ao longo de todo o século, o diálogo (ou o confronto) com o Estado brasileiro e suas políticas públicas.

racismo nas relações sociais no país e as lutas por transformação social . Após décadas de mobilização negra, a noção de democracia racial foi derrubada (porém não totalmente), podendo o país, através da palavra de seu Presidente da República, em respostas à Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, Pela Cidadania e Pela Vida, em discurso de posse do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra (1995) afirmar o Brasil como uma sociedade racista. A partir daí, se intensifica o desenvolvimento de políticas públicas para o combate ao racismo no país.

b- As questões de gênero e a pauta das mulheres negras:

Gênero tem sido, tanto no Brasil, como na maioria dos países do mundo, um dos mais importantes conceitos e ferramentas para a explicitação da vigência de desigualdades no interior das sociedades e nações. De fato, é através da utilização do gênero como marcador das relações sociais e balizador do combate às desigualdades que medidas de reformulação das estruturas sociais e estatais têm sido propostas e empreendidas, especialmente a partir da década de 70 do século passado.

Esta ascensão das lutas pela igualdade de gênero aponta para o vigor da mobilização social desenvolvida ao longo do século XX no ocidente (mas que tem início no século anterior), de ampliação da participação das mulheres na vida pública, especialmente as mulheres brancas na Europa e Estados Unidos⁸. São exemplos desta mobilização a luta pelo direito ao voto, pelo direito ao controle da sexualidade e da fertilidade e pelo direito à participação no mercado de trabalho formal.

A hegemonização do conceito de gênero e as lutas por equidade a ele associadas apontam também para sua incorporação em diferentes estruturas estatais e multilaterais nas diferentes partes do mundo, oferecendo um ambiente supranacional (internacional) de estímulo e suporte à tomada de decisões por parte de gestores públicos nos diferentes níveis.

Por outro lado, este vigor assinala também a vinculação das lutas pela igualdade de gênero a estruturas de classe e raça também hegemônicas. As formas como as perspectivas de gênero e equidade entre homens e mulheres vêm sendo elaboradas e/ou disseminadas não têm sido suficiente para confrontar, de modo incisivo ou aprofundado, os demais fatores envolvidos na produção de iniquidades que atingem mulheres nas diferentes partes do mundo. O que permite alterações na estrutura social em relação à participação das mulheres, sem que confrontem privilégios vividos pelos ricos e pelos brancos, conforme vêm apontando as organizações de mulheres negras no Brasil ao longo dos anos. Ou seja, permitindo a transformação das condições de vida e de acesso à igualdade de direitos a uma parcela ainda minoritária de mulheres, principalmente aquelas pertencentes aos grupos raciais, étnicos ou de classe social dominantes. O que significa dizer que sua contrapartida é o reforço ao racismo e demais fatores de exclusão social que transformam a vida das demais mulheres em violência e privação.

Vem daí muitas vezes um certo grau de atrito, de diferenciação e disputa, entre as perspectivas de gênero, em relação às ações vinculadas a raça e classe, para além dos conflitos que o anti-sexismo provoca. Ou melhor, é da situação vista como conservadora por movimentos sociais envolvidos com as causas anti-racistas e a defesa dos direitos dos segmentos mais pobres da população, que conflitos tanto internos quanto externamente ao movimento feminista – e também no interior dos demais movimentos sociais fundados em raça e classe, quando confrontado com pautas de interesses das mulheres - foram deflagrados.

⁸ Aqui, é importante assinalar que se trata da mobilização que deu origem a moderna teoria feminista e ao movimento social a ela vinculado. A mobilização de outras mulheres dos demais grupos raciais tem sido pouco demonstrada e estudada. No caso das mulheres negras, a ação política e a igualdade entre sexos são substratos culturais que fundamentaram sua atuação nas diferentes lutas pela deposição do regime escravocrata, para inclusão social da população negra na República e pelo enraizamento cultural ao longo dos anos de sua presença no Brasil.

A pouca penetração que as injustiças sociais em seu conjunto tiveram durante muito tempo no interior das lutas anti-sexistas não permitiram a constituição de uma teoria feminista inclusiva, capaz de abarcar todas as mulheres⁹. Como, de fato, era seu objetivo (teórico) inicial. A magnitude da perspectiva de classe social, por exemplo, foi negligenciada no desenvolvimento cotidiano das ações e reflexões feministas, o que afastou durante muito tempo os diferentes segmentos de mulheres ativistas que não as de classe média e alta. E mais, excluiu mulheres pobres, majoritariamente negras, de seus benefícios. Uma vez que, na compreensão das mulheres negras ativistas, é possível parafrasear Stuart Hall e afirmar que “raça é o modo como gênero é vivido”. Afirmação que, por sinal, é corroborada por diferentes dados relativos à pobreza no Brasil e fora dele.

Assinale-se que o principal resultado destes conflitos tem sido, numa perspectiva de longo prazo, transformações cada vez mais profundas em cada um destes movimentos sociais e a busca de transformação das lutas e teoria feminista, de forma a eliminar dela a perspectiva excludente.

De fato, o conceito de gênero tem sido incorporado e visto como fundamental às análises e lutas das mulheres negras. Na perspectiva destas, o conceito e as lutas por igualdade entre homens e mulheres aproximam-se a pressupostos presentes na cultura afrobrasileira que advogam a responsabilidade de mulheres e homens tanto no desenvolvimento das condições materiais quanto da atuação política que garantam a qualidade de vida de todos. Ao mesmo tempo em que reconhecem a presença do conflito entre homens e mulheres e as lutas daí advindas como uma característica humana e substrato de suas buscas por aprimoramento.

O conceito de ialodê¹⁰, originado da tradição africana reelaborada no Brasil, traduz a pertinência e a necessidade da atuação política das mulheres negras. Estabelecendo, na vida cotidiana, as condições simbólicas que subsidiam a atuação política das mulheres negras até os dias de hoje. Reforçando posições assumidas desde a escravidão e do pós-abolição, que referem-se a presença no espaço público e a inserção no mundo do trabalho, ainda que tais posições sejam vividas em condição de extrema desvantagem, que devem ser confrontadas e superadas.

E mais, é na perspectiva de gênero e na luta anti-sexista que muitas mulheres negras encontrarão as ferramentas adequadas ou oportunas para a ampliação de seus direitos na sociedade sexista.

A associação entre as perspectivas de equidade de gênero e raça - e principalmente entre o anti-racismo e o anti-(hetero)sexismo¹¹ - tem sido o desafio a que se dedicam as organizações de mulheres negras. Ganhando

⁹ Esta limitação foi superada, no ponto de vista das mulheres negras, pela constituição de uma variante teórica e prática chamada de feminismo negro, onde relações raciais e de classe adquirem importância na constituição de modelos explicativos da realidade desigual e na proposição de caminhos para a superação das iniquidades. Assinale-se que os demais segmentos de mulheres têm também se dedicado ativamente a esta tarefa.

¹⁰ Ialodê é a forma brasileira para a palavra em língua iorubá *Ìyálòdè*. Segundo algumas das tradições africanas transplantadas para o Brasil, Ialodê é um dos títulos dados a Oxun, divindade que teve origem na Nigéria, em Ijexá e Ijebu. Refere também à representante das mulheres, a alguns tipos de mulheres emblemáticas, lideranças políticas femininas de ação fundamentalmente urbana. É a representante das mulheres, aquela que fala por todas e participa de instâncias de poder.

¹¹ Trata-se de um sexismo ancorado na heterossexualidade obrigatória.

destaque neste campo, nos anos recentes, através da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras/AMNB. Tal desafio parte do pressuposto de que a centralidade do racismo e seus impactos na vida de mulheres e homens negros não excluem nem atenuam a vigência de outras ideologias produtoras de subordinação. O que obriga ações diferenciadas na abordagem dos interesses das mulheres.

Esta diferenciação tem origem nas diferentes formas com que o racismo se acopla e se potencializa junto a outros fatores produtores de subordinação e vulnerabilidade. Gênero, classe social, situação urbana ou rural estão entre estes, que inclui também a orientação sexual, a presença de deficiência, a faixa etária, entre outros.

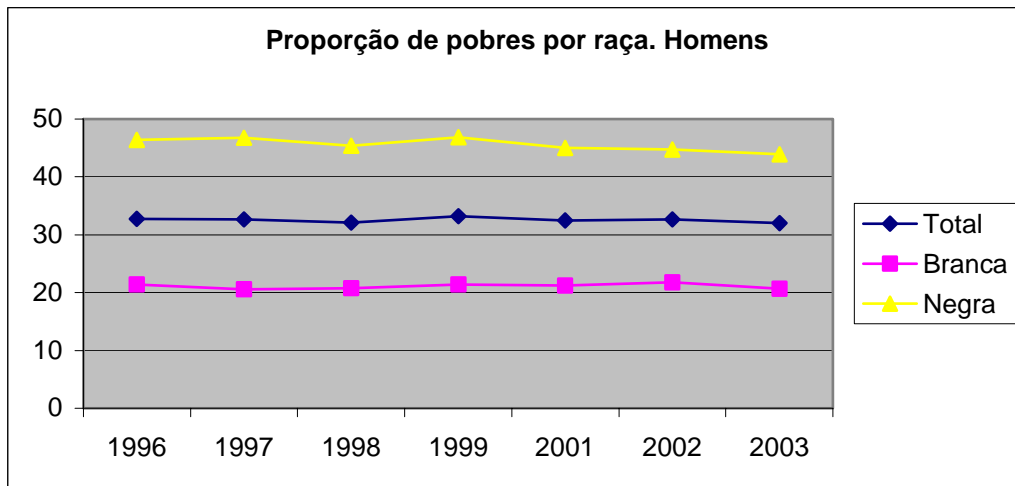
Para facilitação das análises acerca da complexidade, as organizações de mulheres negras têm recorrido ao conceito de interseccionalidade elaborado ao longo do processo de preparação da III CMR (Crenshaw, 2001). Através do prisma da interseccionalidade é possível apontar as múltiplas causalidades envolvidas na produção de vulnerabilidades e iniquidades. Reforçando as afirmações das mulheres negras de que o conceito de gênero e a luta anti-sexismo são insuficientes, ainda que necessárias, para alterar significativamente a vida deste grupo. Ao mesmo tempo, aponta a necessidade de atuação multicêntrica para a reversão do quadro de injustiça vivido pelas mulheres negras e demais grupos espoliados.

c- Uma visão sobre a pobreza:

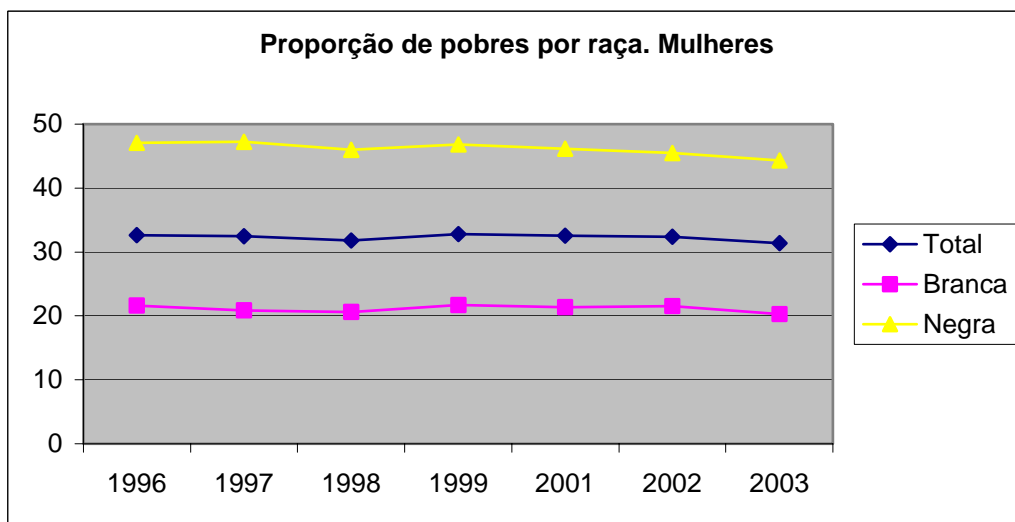
Pobreza não é um tema abordado direta ou especificamente pela Articulação de Organizações de Mulheres Negras. Ao contrário, é visão corrente no interior da AMNB que são as causas estruturais da desigualdade e espoliação, e não seus efeitos – entre eles a pobreza - que requerem atenção imediata e o expressivo investimento de recursos para o seu enfrentamento e superação.

Entre os diferentes fatores produtores de desigualdade, o racismo é apontado como o de maior participação no caso brasileiro e latinoamericano. Uma vez que, ao impor barreiras a negras e negros para o acesso a bens sociais e políticas públicas, restringe sua possibilidade de acumulação de riquezas através do trabalho. Riquezas e bens sociais que são deslocadas diretamente aos privilégios da população branca.

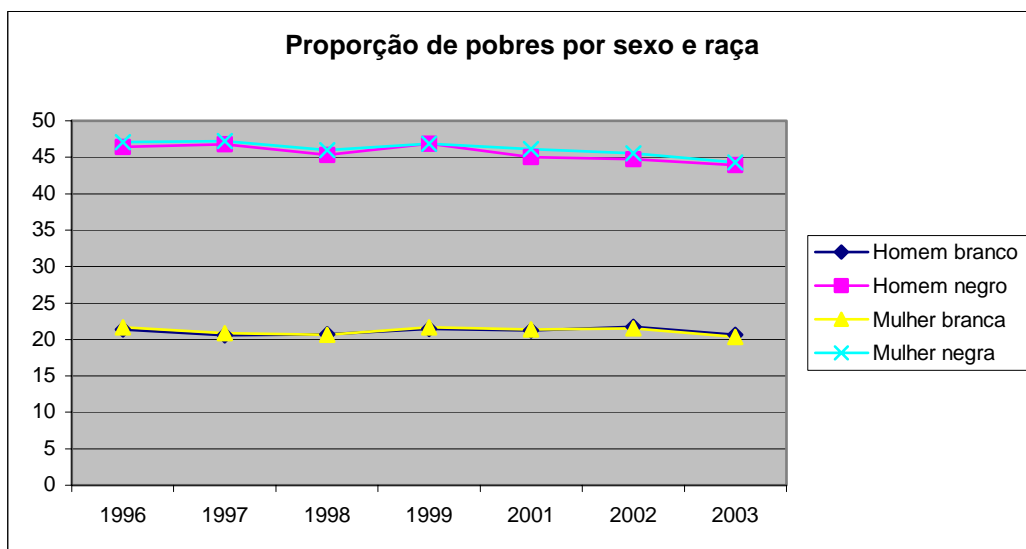
Diferentes dados produzidos por diferentes centros de pesquisa demonstram a maior concentração de pobreza e indigência entre a população negra, mesmo quando se desagrega os dados por sexo. Ou seja, o principal diferencial de renda no Brasil coloca-se entre brancos e negros, independente do sexo. Assim, mulheres e homens negros têm renda mais baixa quando comparados a mulheres e homens brancos, conforme se verifica nos quadros abaixo, preparados a partir do trabalho empreendido por IPEA/UNIFEM em 2005:



Fonte: IBGE/Pnad microdados. Elaboração: Ipea/Disoc e Unifem.



Fonte: IBGE/Pnad microdados. Elaboração: Ipea/Disoc e Unifem.



Fonte: IBGE/Pnad microdados. Elaboração: Ipea/Disoc e Unifem.

Pode-se verificar que o racismo – ou o seu não enfrentamento - confere um grau de “estabilidade” à incidência da pobreza, que não é afetada pela desigualdade de gênero. Ao mesmo tempo em que determina a maior incidência entre negros, a despeito da força com que o sexismo diferencia homens e mulheres, produzindo a inferiorização destas. De fato, no que se refere à pobreza, o gráfico acima permite apontar a raça – e não o sexo – como seu fator determinante.

Ao associar-se ao sexismo, o racismo vai determinar sobrecargas adicionais às mulheres negras, desafios nem sempre traduzidos em números, conferindo a elas maior participação na pobreza e indigência quando comparadas às mulheres e homens brancos ou aos homens negros. Possivelmente, como assinalou UNIFEM/IPEA (2005), as situações mais agudas de pobreza que incidem sobre as mulheres não são detectáveis pelos métodos de pesquisa usuais. Uma vez que, ao analisar renda familiar, estas pesquisas não conseguem aferir as desigualdades intrafamiliares, especialmente naquelas onde há a presença de homens.

Portanto, as ações voltadas para o combate à pobreza devem, segundo posição da AMNB, considerar o enfrentamento do racismo e do sexismo como pressuposto de todas as suas ações. Bem como considerar as mulheres negras como grupo prioritário.

Um outro aspecto apontado pela AMNB e outras organizações negras é o fato de que é em torno do tema pobreza que uma série de estigmas fundados no racismo e no sexismo são postos em prática e/ou reforçados. Isto acontece tanto no âmbito das representações (a produção de imagens e conceitos) quanto nas ações e políticas públicas. Entre os exemplos mais comuns está a reiteração de imagens de negras e negros espoliados, vitimizadas, incapacitados para a ação. Não é uma coincidência que as imagens da pobreza trazem sempre homens e mulheres dos grupos racialmente inferiorizados, retratados em situação de espoliação, de tristeza, de impotência. Tais imagens povoam intensamente as diferentes mídias, tanto as produções comerciais quanto as das organizações sem fins lucrativos. Neste caso, em especial a mídia das organizações não-governamentais (majoritariamente dirigidas por brancos e brancas) e das organizações multilaterais vinculadas ao sistema ONU. Raras vezes é possível ver imagens que contrariem representações de negras e negros como vencidos, incapazes de agenciamento de suas condições de vida. Dizendo de outro modo, é raro visualizar imagens de negras e negros como lutadoras e lutadores que, buscando brechas no ambiente de extrema violência, conseguem melhorar as condições de vida da comunidade. Fato, por sinal, não apenas corriqueiro, como também fundamental para a sobrevivência e permanência da população negra (e sua vinculação comunitária) desde a escravidão até aqui.

São também as visões de incapacidade e incompetência que informam e são incorporadas às políticas públicas atualmente em desenvolvimento. Resultam deste fato as chamadas “condicionalidades” no acesso às ações governamentais de combate à pobreza. Tais exigências pressupõem serem as vítimas das desigualdades e das injustiças, principalmente as mulheres negras, as responsáveis pelo quadro em que vivem. Uma vez que não oferecem aos seus filhos, através da escola e de ações preventivas de saúde, oportunidades de mudança das condições de vida. Assim, ao condicionar o recebimento de “benefícios” à ação das mulheres e não do estado, estas políticas reforçam

estereótipos que têm origem no racismo, no sexismo e na eugenia¹². Esvaziando assim as noções de direito que as ações de transformação social e de reparação exigem.

Verifica-se também nos discursos sobre a pobreza e suas “soluções”, a reiteração e revitalização de noções de “classes perigosas” em vigor no Brasil, correspondendo a um modo de visão e discriminação com que as elites do regime escravocrata referiam-se a negras e negros. Atualmente, tais noções dirigem-se aos homens negros, em especial às crianças e jovens, retratados como portadores de uma violência quase atávica e potencialmente incontrolável, que ameaça a sociedade (diga-se, a população branca). A resposta “preventiva” a esta violência potencial deve ser produzida através de projetos que “tirem as crianças da rua”¹³.

Somem-se a estes estigmas as visões catastróficas que se apóiam no pensamento de Thomas Malthus (1766 – 1834), do crescimento populacional descontrolado ameaçando a sobrevivência da espécie humana. Visões estas tornadas mais agudas diante das taxas de crescimento (fecundidade) da população negra, maiores do que a da população branca, nas diferentes partes do mundo. Povoadas por imagens de mulheres negras multiparas, indigentes, estas visões têm sido interpretadas por diferentes setores como a tradução do poder da fecundidade feminina negra de produzir mais pobreza (mais negros). Assim, muitas ações, políticas e projetos têm defendido o controle da natalidade – ou, de modo atenuado, o planejamento familiar ou os direitos reprodutivos das mulheres pobres¹⁴ – como área fundamental de intervenção para controle ou diminuição da pobreza. É importante assinalar a forte presença do discurso eugenista, que parte da hierarquização entre humanos, considerando a existência de populações inferiores ou incapazes que devem ser impedidas de se reproduzirem, como requisito para a melhoria da espécie humana.

A recusa de grande parte das organizações negras – e de mulheres, inclusive a AMNB – em atuar nos debates e em ações que têm a pobreza como foco visa, principalmente, recusar a desvinculação da pobreza e suas causas (particularmente o racismo e o sexismo). Ao mesmo tempo em que recusa o ambiente de proliferação de estereótipos que marca os discursos e ações tanto dos segmentos mais conservadores, quanto aqueles envolvidos com a transformação social.

¹² Em 1883 o inglês Francis Galton criou o termo eugenia para definir a ação humana no melhoramento das espécies, em especial a humana. 33 anos após Charles Darwin ter lançado o seu a Origem das Espécies, Galton dará a largada a um movimento social que terá importantes manifestações tanto na Europa e Estados Unidos quanto na América Latina e no Brasil.

¹³ Uma característica desta visão é a reiteração da interdição dos espaços públicos à população negra, algo comum a todo o período republicano, visto como uma forma de confinamento em algumas áreas a população potencialmente perigosa. Um outro dado é que as “soluções” encontradas se utilizam de elementos da cultura negra – ou seja, elaboradas e desenvolvidas pela própria população negra – que foram desvalorizadas e perseguidas pela população branca com o auxílio do aparelho policial-repressor do estado. Para então, reprocessadas e apropriadas pela classe média branca, ser devolvida como algo “positivo”.

¹⁴ Não se põe em dúvida, aqui, o direito das mulheres negras ao controle da própria sexualidade e fecundidade. Mas sim a presença superdimensionada da defesa deste “direito” por alguns setores que não reconhecem, não confrontam ou não questionam o contexto maior de negação de todos os demais direitos.

3- Organizações de mulheres negras e equidade:

a- Ações de equidade racial no Brasil: breve panorama:

A despeito das lutas por melhores condições de vida para negras e negros estarem presentes em toda a história do Brasil, desde o período escravocrata aos dias de hoje, poucos são os exemplos de ação estatal que tenham produzido algum resultado capaz de alterar as estruturas sociais desiguais. Ao contrário, como já se afirma aqui e nas diferentes ações das organizações negras, a desigualdade entre negros e brancos, mulheres e homens, têm sido fator constitutivo da nação, nos aspectos econômicos, políticos e culturais, estando esta desigualdade na raiz da modernidade (e do capitalismo) brasileira.

Desde a década de 30 do século XX, com o surgimento do conceito de democracia racial, a presença negra no Brasil passa a ser vista não apenas pelo ângulo negativo, de ameaça a pureza da raça brasileira, mas também como constitutiva de uma brasilidade criativa e necessária. Ainda assim, a adoção de medidas de melhoria da vida da população negra ou de combate ao racismo e à eugenia presentes na cultura brasileira vai aguardar décadas para ser deflagradas: a Lei Afonso Arinos, que define o preconceito racial como contravenção, só será aprovada em 1951, tendo a mobilização das Nações Unidas em torno dos direitos humanos como pano de fundo.

A adoção de políticas, ou ao menos programas e ações, de promoção da igualdade racial no Brasil remontam ao governo José Sarney (1985- 1990), limitando-se à criação da Fundação Cultural Palmares, órgão governamental ligado ao Ministério da Cultura, de valorização da cultura negra. A seguir, ainda no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1999) novas ações vão ser propostas, significando uma resposta imediata à mobilização e à pressão empreendidas pela Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida realizada em Brasília no ano de 1995. Esta levou à capital federal milhares de ativistas negras e negros do movimento anti-racista que demandavam respostas imediatas do Estado brasileiro ao racismo e à desigualdade racial, sendo recebida pelo Presidente da República. A consequência dessa pressão foi o lançamento imediato de iniciativas no âmbito do governo federal que subsidiassem a criação de políticas pela equidade racial. É lançado então o Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra/ GTI, formado por oito representantes de diferentes ministérios e oito representantes da sociedade civil, vinculado ao Ministério da Justiça. O GTI teve como atribuição desenvolver propostas de ação para a igualdade racial em diferentes áreas. Entre elas: informação - quesito cor; trabalho e emprego; comunicação; educação; relações internacionais; terra (remanescentes de quilombo); políticas de ação afirmativa; mulher negra; racismo e violência; saúde; religião; cultura negra esportes; legislação; estudos e pesquisas e assuntos estratégicos. No entanto, as recomendações elaboradas pelo Grupo tiveram pouca ou nenhuma efetividade prática, na forma de política governamental.

Durante o segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2003) ocorreu a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas. De modo contraditório com sua atuação no cenário nacional, o governo brasileiro esteve entre os mais incisivamente comprometidos

com a superação do racismo e da desigualdade racial no cenário das Nações Unidas.

Desde então, diferentes iniciativas tanto do governo federal, quando do Poder Judiciário e do Congresso Nacional foram pautadas. Entre elas, medidas de informação (quesito cor) e diagnóstico, de ações afirmativas, de reformulação de parâmetros curriculares da educação.

Estas medidas, não sendo revogadas, foram esvaziadas no governo Lula. Dando lugar a um processo de criação e implementação de uma Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Esta política ampara-se na criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial/ SEPPIR, que tem a função de estabelecer o suporte institucional adequado ao desenvolvimento da política. E também num processo de consultas à sociedade através do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial/ CNPIR e da realização da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com atribuição de elaborar as diretrizes da nova ação governamental neste campo.

Um dado curioso é que, apesar de afirmar a importância da participação social no desenvolvimento da política, o Governo Lula empenhou-se de forma intensa na desmobilização da segunda edição da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, chamada Zumbi+10. Possivelmente, esta tentativa de desmobilização resultava de um sentimento de ameaça pela impossibilidade de controle, por parte do governo, de uma iniciativa autônoma e apartidária. Bem como por suas demandas por transformações efetivas, que implicava um confronto explícito contra o racismo. Termo, por sinal, a que o governo federal vem paulatinamente abandonado, na maior parte das vezes recorrendo ao conceito inócuo de diversidade.

Apesar destes esforços, a Marcha aconteceu em 16 de novembro de 2005, tendo a AMNB como uma das organizações promotoras sendo recebida pelo Presidente da República, pela SEPPIR, SPM, Ministério da Justiça e pelo Congresso Nacional (presidências da Câmara e do Senado). No entanto, nenhuma ação efetiva foi proposta ou realmente desenvolvida em resposta a esta mobilização, para além medidas políticas de reconfiguração do espectro de apoio ao governo federal no interior do movimento negro e de mulheres negras.

Ao longo da história, as iniciativas empreendidas por diferentes governos ou organismos estatais têm apresentado, desde a perspectiva das mulheres negras, uma constante incapacidade em definir ações capazes de alterar as condições de vida deste grupo. Segundo consenso exposto pela maioria das organizações de mulheres negras, e pela AMNB, isto se deve à opção por políticas, programas e projetos que não assumem a interseccionalidade de gênero, raça e classe social como ponto de partida para a superação das desigualdades.

Ao contrário, é a fragmentação, ou seja a dispersão de medidas tanto entre órgãos e ministérios, quanto de objetivos e resultados esperado, que tem ancorado as mais diversas ações que de algum modo se voltam para as mulheres negras, ora através do gênero, ora através da raça, ora através da classe social (pobreza e indigência). Tal fragmentação tem sido, em alguns casos, capaz de produzir alívios sobre determinados efeitos das desigualdades, mas tem reiteradamente demonstrado sua impossibilidade de, enfrentando causas estruturais, alterar significativa e profundamente a vida das mulheres negras.

Ao não tomar medidas efetivas para o enfrentamento do racismo institucional, estas medidas, ou seja, o governo federal (e os demais) sinaliza com a continuidade dos fatores que estão na raiz das situações de pobreza e indigência que se projeta enfrentar.

Exemplo desta fragmentação são as políticas de combate à pobreza desenvolvidas tanto pelos governos FHC quanto no atual governo Lula. Políticas essas ancoradas em grande parte no repasse de recursos financeiros ao segmento populacional de áreas rurais e urbanas em situação de indigência. Buscando desenvolver também algumas medidas voltadas para a promoção social. Neste caso, os governos buscaram desenvolver ações voltadas para o apoio a microemprendimentos rurais e urbanos; saúde; habitação; esporte; emprego; entre outros, com foco específico na população indigente ou pobre.

Lançadas pelos diferentes governos a partir do ano 2000, estas ações têm em comum a origem conceitual vinculada a políticas denominadas por alguns autores de “ajuste estrutural”, que se desenvolvem a partir das décadas de 70/80 e que têm no Consenso de Washington¹⁵ (1989) um marco importante. Estas políticas dirigiam-se à macroeconomia, tanto mundial quanto nacional, e implicavam a supervalorização das “liberdades” econômicas das corporações, a redução do papel do estado na economia e na regulação dos direitos sociais, a desvalorização das esferas políticas e o desenvolvimento dos chamados “remédios” para seus efeitos sobre populações excluídas e vulneráveis. E tiveram organismos multilaterais como o Banco Mundial/ BIRD, o Banco Interamericano de Desenvolvimento/ BID e o Fundo Monetário Internacional/ FMI como seus principais disseminadores.

A partir desta base conceitual e econômica, a abordagem das desigualdades sociais se desenvolve na perspectiva de diminuição (ou controle) dos efeitos das políticas econômicas, sem buscar alterar os pressupostos gerais que as norteavam.

Para tornar tais remédios mais eficazes e eficientes, um conjunto de variáveis ou indicadores de condições de vulnerabilidade foram elencadas e apontadas. Era o momento da defesa da focalização, ou seja, limitação das ações sociais aos grupos considerados à margem dos efeitos “benéficos” da política econômica. Entre estas variáveis, maior destaque tem sido dado à pobreza, em especial à indigência. Ou seja, são políticas, programa e projetos autodenominados de combate à pobreza que têm recebido a maior parte dos investimentos e quase toda a atenção de governos e organizações multilaterais financeiras e sociais. Ainda assim, podemos verificar que a condição de gênero, reconhecida como fator de desigualdade, tem sido apontada e utilizada, advogando o direcionamento destas políticas para as mulheres. No entanto, é importante assinalar que somente uma parte dentre as diferentes políticas em curso no Brasil dos últimos 15 anos utilizava gênero como marcador que qualificasse a pobreza e seus remédios.

Ao lado de gênero, a raça, a etnia, também foram elencados em diferentes documentos, principalmente internacional e de organismos multilaterais, com pouca ou nenhuma expressão prática no país.

¹⁵ Pacto firmado entre o governo dos Estados Unidos e organizações financeiras multilaterais para disseminar e obrigar a realização de medidas de “ajuste estrutural” pelos países/ governos da América Latina.

b- Eqüidade na visão da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras:

Em todos os documento e instrumentos públicos produzidos e divulgados pela a AMNB, dois aspectos são expostos de forma reiterada. São eles: a *multifatoriedade* de causas da subordinação social a que as mulheres negras estão submetidas; e a *complexidade* de abordagens necessárias para a elaboração de alterações significativas na qualidade de vida das mulheres negras. Ou seja, a AMNB advoga o reconhecimento da intersecção entre racismo, sexismo, lesbofobia, opressão de classe social, nas leituras sobre a desigualdade que inferioriza mulheres negras, produzindo pobreza e exclusão. Ao lado de fatores como diferenças e desigualdades regionais, segregação espacial, diferentes graus de acesso às políticas públicas universais, desvalorização simbólica e midiática, presença de deficiência e outros, que podem requisitar especificidades e individualizações tanto dos diagnósticos como de programas de superação.

Ao mesmo tempo, e principalmente, a AMNB aponta a necessidade de participação das mulheres negras, em sua diversidade, nas diferentes etapas de trabalho teórico, político e de formulação e gestão de políticas públicas. Ou seja, na visão da AMNB é prioritária a ação de empoderamento das organizações de mulheres negras, vistas como agentes fundamentais para formulação, implementação, monitoramento e avaliação das diferentes ações, nas diferentes esferas estatais e da sociedade civil, necessárias à efetiva transformação social. O que requisita ação articulada e aprofundada nas diferentes esferas da sociedade civil, como forma de estabelecer as bases de seu protagonismo nas ações que o combate ao racismo, ao sexismo, a lesbofobia e demais injustiças que atingem o grupo.

E, para além do empoderamento, o reconhecimento da necessidade de sua inclusão e participação social em condições mais equânimes, como fundamental para o equilíbrio social e para a realização da justiça

Ao apontar o Estado como principal ator na produção das desigualdades, através de políticas que conferem e mantêm privilégios para grupos racial e socialmente dominantes, a Articulação confere também a este o principal papel de indutor e coordenador das ações de reversão do quadro, através de políticas públicas. Reconhecendo, por outro lado, a necessidade de engajamento de amplas parcelas da sociedade civil nas ações de enfrentamento do racismo e demais desigualdades.

Para a produção de igualdade racial e melhoria das condições de vida das mulheres negras através das políticas públicas, a AMNB tem apontado diferentes caminhos importantes de serem seguidos. Compreendendo que é através da realização de ações afirmativas que é possível desenvolver, pelo ângulo da diversidade e da especificidade, as estratégias de combate ao racismo e ao sexismo dirigidas às mulheres negras.

A definição de ações afirmativas que permeia, ainda que de forma pouco explícita, as formulações da AMNB refere-se a políticas públicas ou estatais, em especial mas não exclusivamente, que vinculam-se ao conceito de direitos humanos universais distribuídos de forma eqüitativa entre povos e nações. Reconhecendo como condição necessária a sua realização (universalização) a

diferenciação de caminhos e estratégias, de acordo com a diversidade e os desafios que as sociedades conferem de forma diferenciada a grupos específicos.

As ações afirmativas assim colocadas apóiam-se em diferentes fatores. São eles: representação, compensação, transformação, individualização. Ou seja:

- *representação* - significa garantir a presença das mulheres negras em todas as esferas da vida e das políticas, tanto pelo ângulo da clientela quanto pelo da gestão. É para garantir esta participação que iniciativas como as cotas foram criadas e têm sido bem sucedidas na ampliação de espaços de participação para alguns grupos discriminados, em especial as mulheres (em sua maioria, as brancas ou dos grupos dominantes);
- *compensação* - implica o desenvolvimento de ações de reforço ao grupo e indivíduos, de modo a permitir a superação imediata das defasagens. Ou seja, significa tanto ações de desenvolvimento e reforço de habilidades, quanto outros estímulos que garantam a presença e permanência de mulheres negras nas posições de maior prestígio social ou remuneração, em todas as esferas. As ações de compensação de defasagens aqui descritas buscam conferir maior consistência às ações de representação;
- *transformação* - ações que permitam mudanças na cultura e na ideologia, considerando o curto, o médio e o longo prazos. De modo a garantir a mobilização social e a participação dos diferentes segmentos no desmonte da estrutura de privilégios que o racismo e o sexismo conferem. Estabelecendo o ambiente necessário para a que a mudança das condições de vida das mulheres negras se realizem de forma sustentável e duradoura;
- *individualização* - significa apropriar-se da visão de complexidade conferida pelo conceito de interseccionalidade para, a partir daí, propiciar um diagnóstico aprofundado da situação e o desenvolvimento das políticas, programas e projetos na perspectiva "particular" a cada grupo de mulheres negras, sejam urbanas, rurais e/ ou quilombolas; sejam de classe média, pobres ou indigentes; sejam heterossexuais ou não; com diferentes níveis de escolaridade, nas diferentes regiões do país, etc. A participação das organizações de mulheres negras é fundamental aqui para garantir a visibilização da diversidade e a produção de respostas adequadas a cada especificidade.

Ou seja, as ações devem partir do olhar das (e sobre) mulheres negras, vistas como coletivo não homogêneo, e sua vida, como condição necessária à realização de objetivos de equidade, de combate ao racismo e ao sexismo, de melhoria na vida de cada uma e da transformação social.

Assim, diferentes áreas das políticas públicas têm sido apontadas como fundamentais para a atuação tanto do Estado quanto da sociedade civil, mantidas suas diferentes atribuições e responsabilidades. São elas

- Redistribuição e integração dos recursos de financiamento, de infra-estrutura e de pessoal envolvidos na formulação e implementação das políticas, de modo a contemplar prioritária e adequadamente aquelas capazes de reverter desigualdades que atingem as mulheres negras. O que implica

necessariamente na presença de mulheres negras nas diferentes postos, inclusive na liderança de políticas, programas e projetos;

- Educação – significa o desenvolvimento de processos inclusivos no âmbito da educação, capazes de levar em conta a necessidade de superação do racismo e do sexismo no sistema educacional e na sociedade como um todo. Considerando fundamental a implementação de ações afirmativas voltadas para a população (para as mulheres) negra;
- Saúde – estabelecer condições igualitárias de acesso à saúde que inclui o reforço ao Sistema Único de Saúde/ SUS, que, segundo IPEA (2003), é o destino de cerca de 80% da população negra que demanda ações em saúde. Como também o preparo continuado deste para responder adequadamente à atenção à saúde e aos agravos mais comuns entre a população negra, com dedicação especial às necessidades das mulheres negras. Além de fomentar de modo permanente mecanismos de enfrentamento do racismo institucional;
- Emprego – medidas de equidade visando a distribuição não racializada das oportunidades de trabalho, combinadas a ações de superação do acesso desigual ao mercado de trabalho. Ao mesmo tempo que desenvolve estratégias de valorização e equiparação de direitos àquelas ocupações de maior participação da população negra, em especial o trabalho doméstico;
- Infra-estrutura – em todas as vertentes, incluindo habitação, saneamento, transporte, acesso à terra urbana e rural, direito de compartilhar dos espaços públicos, de lazer, entre outros, de modo a possibilitar patamares aceitáveis para o desenvolvimento econômico e social das comunidades negras e o acesso das mulheres negras a estas políticas de forma prioritária;
- Acesso à justiça – que inclui o enfrentamento do racismo (e do sexismo) entranhado nos mecanismos judiciários, que tem se traduzido no acesso maior de negros e negras às prisões com penas mais extensas, comparativamente ao acesso e condenação de brancos pelos mesmos crimes. Ao mesmo tempo em que negras e negros têm bloqueado seu acesso às medidas reparatórias das violações de seus direitos;
- Democracia e participação – trata-se, de fato, da ampliação ou redefinição efetiva do conceito de democracia, para lá do jogo político que até o momento privilegia somente brancos, homens e mulheres. Implica inclusive a priorização de agendas capazes de atuar na reversão das desigualdades raciais, como também a participação da população negra como interlocutora, formuladora e gestora das políticas. Bem como sua atuação, a partir da sociedade civil, no controle social;
- Diagnóstico aprofundado das disparidades e da extensão do racismo, em especial em sua intersecção com o sexismo. Apesar da disponibilidade crescente de dados sobre as desigualdades raciais e de gênero, será preciso novas modalidades de investigação que possibilitem conhecer novos aspectos destas, inclusive a dimensão das desigualdades entre mulheres. Bem como sua extensão em termos qualitativos, para além da profusão numérica. O racismo e a profundidade de seus impactos individuais e coletivos sobre negros, brancos e demais grupos da sociedade ainda demanda estudos aprofundados capazes de substanciar medidas de reparação e superação;

- Avaliação do impacto das políticas – os processos de monitoramento e avaliação de políticas têm, de forma crescente, feito parte da missão estatal e da sociedade civil. No entanto, seus impactos no enfrentamento das desigualdades raciais, via produção de indicadores específicos, precisam integrar os mecanismos de monitoramento e avaliação, de modo a que os resultados sejam compatíveis com os compromissos de realização de direitos. Bem como a apropriação, pela sociedade, destes indicadores e de mecanismos de monitoramento, em especial pelas mulheres negras;
- Campanhas de mobilização e educação social – estas se colocam como importantes fatores de reeducação da sociedade, de confronto do racismo nas esferas simbólicas e da produção de um ambiente comprometido com a superação das desigualdades. E devem fazer parte da agenda de longo prazo das políticas;
- Cooperação internacional – reconhecendo-se que o racismo e as iniciativas de sua superação não se restringem a um único estado nacional, o diálogo e a ação cooperativa entre estados e sociedades é fundamental para a produção de novos patamares de atuação criativa;

É importante salientar que as políticas devem incorporar a perspectiva da transversalidade do combate ao racismo e o princípio de ação afirmativa como parte da gestão. Ou seja, as administrações públicas nos diferentes níveis devem criar mecanismos de incorporação de negras e negros em seus quadros, inclusive nos cargos de chefia.

Um outro fator necessário é a produção de informações e a divulgação contínua de dados, relatórios e outros elementos capazes de explicitar para gestores públicos e para o restante da população o compromisso permanente do estado com o combate às desigualdades raciais.

Por fim, na visão da AMNB, um novo modelo de desenvolvimento deve ser elaborado de forma dialogal e participativa com os diferentes segmentos sociais, buscando formas de convivência social e produção de riquezas e bens sociais capazes de oferecer existência digna aos diferentes grupos e indivíduos, respeitados a partir de sua diversidade e de sua irredutível humanidade.

4- A participação das mulheres negras e suas organizações:

Participação social, ou seja, a presença ativa e ativista dos diferentes segmentos sociais nas diferentes fases de criação e implementação de políticas de redução das desigualdades, nas mais diferentes perspectivas, tem sido apresentada como um requisito do exercício democrático. No caso das políticas públicas voltadas para a redução de iniquidade e do confronto ao racismo, é opinião da AMNB e das demais organizações negras brasileiras, que a produção de alternativas e caminhos de resolução das desigualdades requer a participação direta e nas diferentes fases, de representantes de mulheres e homens negros.

Esta compreensão é corroborada por fortes exemplos da pertinência e mais, da necessidade, desta participação, encontrada no Brasil e fora dele (ainda que fora das políticas anti-racistas). Destaca-se, neste campo, a participação dos grupos de usuários nas políticas de saúde, principalmente aquelas voltadas para o

manejo da epidemia de hiv/aids. Bem como a participação das mulheres, com resultados exitosos, nas políticas para a equidade de gênero¹⁶.

A garantia da participação social vai requisitar uma atuação constante em diferentes frentes. Mas, no caso das mulheres negras, é preciso que se leve em consideração o fato de que a ação política e de mobilização deste segmento é uma experiência em vigor há séculos no Brasil por iniciativa das próprias mulheres negras, tendo o enfrentamento da pobreza como um de seus principais focos. Este fato tem sido usualmente negligenciado em consequência da penetração de estigmas racistas nos processos de formulação e implementação das ações.

Diferentes formas e mecanismos de se permitir a inclusão dos diferentes segmentos, particularmente dos grupos mais vulneráveis, têm sido elaboradas e colocadas em prática. No Brasil, esta participação foi estimulada e desenvolvida a partir de duas principais perspectivas principais:

- a- no âmbito da sociedade civil, através do apoio ao desenvolvimento de organizações da sociedade civil representativas destes segmentos e
- b- no âmbito das políticas públicas, através da criação de instâncias de diálogo e controle social, como os conselhos de gestão.

Importantes iniciativas em ambas as direções têm sido deflagradas (ou reforçadas) na esteira das mobilizações internacionais, principalmente seguindo recomendações e resultados de Conferências Mundiais vinculadas à Organização das Nações Unidas. Tendo maior destaque a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995) e as Conferências Mundiais de AIDS.

Um dado fundamental a ser considerado é que as instâncias de participação social, para serem acessadas de forma equânime, precisam disponibilizar um conjunto variado de ferramentas e linguagens capazes de atingir a sociedade em toda sua diversidade. Do contrário, ao apoiar-se no "senso comum" da sociedade desigual, vai desconsiderar a presença destas desigualdades nos mecanismos institucionais e políticos. E terá como consequência à reiteração das desigualdades e dos mecanismos de privilégio a princípio a ferramenta democrática visava combater.

No caso de medidas de equidade voltadas para as mulheres negras, é preciso que as ações levem em consideração as particularidades, bem como as semelhanças, de sua situação, em comparação às organizações de mulheres brancas. Ou seja, deve-se recusar a pressuposto de que todas as organizações são iguais, mesmo que sejam de mulheres. Ao contrário, é razoável supor que o racismo e a intensidade com que atua, bem como os substratos culturais diferenciados podem resultar em visões de mundo diferenciadas, bem como modos particulares de agir em sociedade. Ainda que, diante da inexistência de segregação espacial total, os intercâmbios, as experiências comuns e a hibridização também façam parte de sua trajetória.

¹⁶ Ressalve-se que esta equidade tem sido exitosa fundamentalmente para as mulheres dos grupos raciais dominantes. Especialmente. Num outro aspecto, a participação das mulheres nas políticas de combate à pobreza no Brasil tem sido em alguns momentos definida como necessária, mas, neste caso, poucos são os exemplos desta participação efetiva.

a- As mulheres negras e suas organizações:

Já foi afirmado aqui que as mulheres negras têm longa experiência de atuação política e atuação comunitária. De fato, as heranças culturais africanas reelaboradas no Brasil, bem como o ambiente de espoliação e injustiça estabelecido durante o regime escravocrata e no pós-Abolição têm requerido de negras e negros uma atuação constante não apenas na garantia da sobrevivência imediata, mas também na produção de ações que garantam a sobrevivência do grupo no longo prazo.

As tradições afrobrasileiras têm sido pouco consideradas por aqueles que buscam articular a perspectiva de direitos à implantação de políticas e ações adequadas à população negra. Elas conferem às mulheres o privilégio do cuidado e manutenção dos pressupostos éticos, religiosos e culturais de seu povo, sem superpor neste cuidado, sinais de uma suposta inferioridade feminina. Em conseqüência, coube às mulheres negras a manutenção e atualização dos costumes de cuidado espiritual e corporal, que incluem tanto os rituais religiosos quanto os eventos sociais, festivos e mesmo políticos.

Ao mesmo tempo, é em torno da liderança das mulheres que a comunidade negra se organiza e permite que se construam as condições mínimas de sobrevivência diante do ambiente adverso que é a sociedade marcada pelas desigualdades. Cabendo também às mulheres a participação política e a defesa dos interesses das outras mulheres e da comunidade como um todo.

Para enfrentar a complexidade de cenários e de violações de direitos, as mulheres negras vêm se organizando de diferentes formas, produzindo uma variedade de associações formais ou não. Mas que têm em comum uma ação voltada para a melhoria das condições de vida da comunidade negra e das demais mulheres negras – seja a comunidade imediata (religiosa, de vizinhança, categoria profissional, etc) ou a população maior, a sociedade como um todo. Estas organizações têm em comum:

- a liderança feminina, compartilhada ou não com os homens;
- as dificuldades materiais para sua manutenção e desenvolvimento, uma vez que partilham com o conjunto das mulheres negras a mesma situação de pobreza (o que impossibilita maiores aportes de recursos por parte da comunidade);
- o isolamento político - na maior parte dos casos, as organizações de mulheres negras atuam de modo isolado no interior das comunidades, em grande parte como resultado da invisibilidade e desvalorização produzidas pelo racismo e pelo sexismo;
- a baixa escolaridade de suas integrantes;
- o baixo acesso (ou acesso precário) a tecnologias de comunicação e articulação política como computadores, internet, etc;
- a pluralidade e a diversidade como princípios constitutivos da ação e da visão de mundo – o que se contrapõe à demandas externas por unificação organizacional ou de ponto de vista.
- A agenda ampla, que se desenvolve para além dos temas vistos no senso comum como feministas. Isto, em conseqüência do reconhecimento da multifatorialidade envolvida nas injustiças e desafios

que as mulheres negras enfrentam e a necessidade de respostas imediatas a muitas destas.

Muitas destas características serão encontradas no interior das organizações nacionais negras e de mulheres negras. Inclusive entre as integrantes da AMNB. Ainda que, neste caso, uma maior escolaridade e melhores condições sócio-econômicas (parte expressiva integra a classe média, ainda que no segmento que vivencia maior instabilidade) podem ser apontadas.

5- Ações de equidade e combate à pobreza no Brasil: algumas recomendações:

São múltiplos os caminhos para as ações que propiciem um futuro de equidade no Brasil, bem como permitam alterações significativas e duradouras nas condições sócio-econômicas das mulheres negras. A seguir, alguns elementos fundamentais serão apontados. As recomendações aqui consideram a ação de UNIFEM e suas parceiras. São elas:

- a- Implementação de uma **política institucional** de equidade racial e de gênero:
 - Incorporação do enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero entre os objetivos e ações institucionais nos diferentes campos;
 - Empreendimento de ações afirmativas para a produção da diversidade racial e de gênero na equipe;
 - Inclusão de critérios de enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero para a formulação de ações de longo prazo e desenvolvimento de parcerias e apoios;
 - Explicitação dos conteúdos das desigualdades raciais e de gênero nos textos e demais documentos técnicos e políticos produzidos e divulgados pela instituição;
 - Disponibilização de fundos segundo critérios de transparência e em linguagem simplificada acessível a todos os níveis de escolaridade e a todas as regiões do país;

- b- **Fortalecimento das organizações** da sociedade civil e dos movimentos sociais representantes dos grupos excluídos, prioritariamente segundo recorte racial e de gênero:
 - Apoio de médio e longo prazos para o estabelecimento e sustentabilidade da infra-estrutura adequada e para a implementação de ações;
 - Apoio para a ampliação de conhecimentos, elaboração de propostas públicas, monitoramento e avaliação de políticas desde a perspectiva da equidade racial e de gênero;

- Apoio a advocacy nos diferentes níveis das políticas públicas e da sociedade civil;
 - Apoio para ocupação e exercício de postos nas diferentes instâncias de controle social e fóruns da sociedade civil, inclusive nos conselhos de saúde;
 - Reconhecimento e apoio às redes, articulações e organizações de matriz cultural afrobrasileira, em especial as religiosas e as de mulheres negras, pelo papel que têm desenvolvido na formulação e implantação de alternativas de sobrevivência para a comunidade negra e para as mulheres;
- c- Explicitação e reiteração pública do **compromisso** e posição política do enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero nos diferentes espaços de atuação da instituição;
- Divulgação em todos seus instrumentos de publicização e divulgação de idéias de seu compromisso com a equidade racial e de gênero – note-se que esta opção não se reduz a utilização de fotografias de mulheres, homens e crianças negras;
- d- Desenvolvimento e participação em **campanhas** amplas e/ ou dirigidas a grupos específicos de enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero;
- e- Desenvolvimento e/ou apoio à **produção de conhecimentos** que visibilizem o impacto das políticas econômicas e demais políticas sociais na produção de pobreza e iniquidade social, em particular sobre as mulheres negras;
- f- Explicitação da complexidade do tema pobreza, produção de novos conhecimento sobre o tema que visibilizem a amplitude do papel do racismo, bem como estimule a **elaboração de novas soluções** e caminhos que tenham o combate ao racismo como pressuposto;
- g- Apoio ao **intercâmbio** entre organizações e matrizes teóricas da África e da diáspora. Inclusive com apoio à tradução e disponibilização de materiais sobre o tema, produzidos por outras mulheres negras nas diversas partes do mundo.

6- Referências:

AMNB. *Nós, Mulheres Negras – Diagnóstico e Propostas da Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras rumo à III Conferência Mundial contra o Racismo*. Brasil, maio de 2001

- _____. *Articulação de ONGS de Mulheres Negras* (folheto), s/ data
- _____. *Revista Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras*. Rio de Janeiro, maio de 2003 – Edição nº 1
- _____. *Mulheres Negras Formulando Políticas de Desenvolvimento*. CD-Rom, 2005
- _____. *Articulação de Mulheres Brasileiras/AMB, Action Aid. Políticas de Ajuste X Políticas de Inclusão: Gênero e Raça nas Políticas Públicas*. Brasil, s/ data.
- Franch, Mônica, Batista, Carla, Camurça, Silvia. *Ajuste Estrutural, Pobreza e Desigualdade de Gênero. Um caderno feminista de informação e reflexão para organizações de mulheres*. Recife, Iniciativa de Gênero/ SOS Corpo Gênero e Cidadania, 2003. 2ª edição
- CRENSHAW, Kimberle. *Position Paper and Training Workshop on the Intersectionality of Race and Gender Discriminations*. New York, Columbia University Law School, 2000
- Fundação Cultural Palmares. *Declaração de Durban e Plano de Ação. III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, Brasília, s/ data
- SHICASHO, Sônia Tiê (org.) *Desigualdade Racial: indicadores socioeconômicos, Brasil 1992-2001*. IPEA, 2002
- GONZÁLES, Lélia, A Mulher Negra na Sociedade Brasileira. Uma abordagem político-econômica, in LUZ, Madel T., org., *O Lugar da Mulher. Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1982.
- THEODORO, Helena. *Mito e Espiritualidade: mulheres negras*. Petrópolis, Vozes, 1996
- WITZIG, Ritchie. The Medicalization of Race: Scientific Legitimization of a Flawed Social Construct. In: *Ann Intern. Med*, 1996, pp. 675-679
- SOARES, Vera e PINHEIRO, Luana Simões . *Retrato das Desigualdades*. CD-Rom. UNIFEM/ IPEA, Brasília 2005
- PRATES, Ceres Alves e NOGUEIRA, M. Beatriz. B. *Os programas de combate a pobreza no Brasil e a perspectiva de gênero no período 2000-2003: avanços e possibilidades*. Santiago de Chile, CEPAL, 2005
- WERNECK, Jurema. De Ialodês y Feministas. Reflexiones sobre la acción de las mujeres negras em América Latina y el Caribe. In: *Nouvelles Questions Féministes – revue internationale francophone* (edição em castelhano), vol 24, nº 2, 2005.
- _____. A luta continua: o combate ao racismo no Brasil pós-Durban. In: *Rugidos e Sussurros – mais promessas que ações. Observatório da Cidadania, Relatório 2005*. Rio de Janeiro, IBASE/ Observatório da Cidadania, 2005

Anexo 1

Organização	Estado/	Região
ACMUN - Associação Cultural de Mulheres Negras	Rio Grande do Sul	Sul
AMMA Psique e Negritude	São Paulo	Sudeste
Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba	Paraíba	Nordeste
CACES	Rio de Janeiro	Sudeste
Casa da Mulher Catarina	Santa Catarina	Sul
CEDENPA - Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará	Pará	Norte
Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia	Piauí	Nordeste
Criola	Rio de Janeiro	Sudeste
Eleekó	Rio de Janeiro	Sudeste
Fala Preta! Organização de Mulheres Negras	São Paulo	Sudeste
Felipa de Sousa	Rio de Janeiro	Sudeste
Geledés - Instituto da Mulher Negra	São Paulo	Sudeste
Grupo de Mulheres Negras Malunga	Goiás	Centro-Oeste
Irohin	Brasília	Centro-Oeste
IMENA- Instituto de Mulheres Negras do Amapá	Amapá	Norte
Instituto Negras do Ceará	Ceará	Nordeste
Kilombo	Rio Grande do Norte	Nordeste
Casa Laudelina de Campos Melo	São Paulo	Sudeste
Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa	Maranhão	Nordeste
Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras	Rio Grande do Sul	Sul
Nzinga	Minas Gerais	Sudeste
OMIN – Grupo de Mulheres Negras Maria do Egito	Sergipe	Nordeste
SACI - Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania	Sergipe	Nordeste
Uiala Mukagi	Pernambuco	Nordeste

Coordenação colegiada:

Bamidelê – João Pessoa/PB - bamidelê@uol.com.br

Associação Cultural de Mulheres Negras ACMUN – Porto Alegre/RS
acmun@portalch.com.br

Geledés – Instituto da Mulher Negra – São Paulo/SP: geledés@geledes.org.br;
nilraci@uol.com.br

Casa Laudelina de Campos Melo – Campinas/SP: cleusaas@yahoo.com.br

Secretaria Executiva: Criola – Rio de Janeiro/RJ

Contatos com a secretaria executiva: amnb@uol.com.br

Anexo 2

Grupos de Trabalho (dentro da AMNB)

- Democracia e Participação – responsáveis : Casa Laudelina Campos Melo, Maria Mulher, Instituto Negra do Ceara
- Comunicação e Imagem – responsáveis: Geledés , AMMA
- Políticas Sociais – responsáveis ACMUN, Maria Mulher
- Desenvolvimento – responsáveis: Bamidelê, Instituto Negras do Ceará, IMENA

Participação em Conselhos:

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/ CDES

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher/ CNDM

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial/CNPIR

Conselho Nacional de Saúde/CNS

Participação nos processos das Conferências:

I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - 2004,

Beijing + 10 – 49ª Reunião da CSW, 2005

Conferência das Américas contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas/ Santiago + 5 (Brasília, 2006)

I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2005);

Integra Articulações da Sociedade Civil:

Inter-Redes

Fórum Social Mundial (Comitê Internacional/ Comitê Hemisférico)

Jornadas pela Legalização do Aborto Legal e Seguro,

Diálogos da Sociedade Civil contra o Racismo,

Campanha 16 Dias de Ativismo contra a Violência Contra a Mulher.

Aliança de Parentesco – articulação entre organizações de mulheres negras e mulheres indígenas brasileiras fundada em

Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida 10 anos (Brasília, 2005);

Anexo 3

Anti-racismo e Situação da População Negra no Brasil Algumas referências bibliográficas

Ainda são poucas as referências bibliográficas abrangentes que sistematizem a história e as conquistas das organizações negras no Brasil, principalmente aqueles textos preparados a partir das perspectiva de ativistas.

No entanto. Nos últimos anos, tem crescido o número de publicações a este respeito. Ainda que, infelizmente, a principal lacuna esteja no registro e análises das ações políticas das mulheres negras.

A seguir, apresentamos algumas das publicações à disposição sobre o tema no Brasil.

Anti-racismo:

SIQUEIRA, José Jorge. *Entre Orfeu e Xangô – a emergência de uma nova consciência sobre a questão do negro no Brasil 1944/1968*. Rio de Janeiro, Pallas Editora, 2006

FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). *Brasil Afro-brasileiro*. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2001. 2 edição

CARDOSO, Marcos Antônio. *O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978 – 1988*. Belo Horizonte, Mazza Edições, 2002

PEREIRA, Amauri Mendes. *Trajatória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro, Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, 2005

LUGARINHO, Airton (editor). *Humanidades – Consciência Negra* (revista); Brasília; Editora UnB; 1999, novembro

CHAGAS, Conceição Corrêa das. *Negro – uma identidade em construção*. Petrópolis; Vozes; 1996

NASCIMENTO, Abdias do. *Combate ao Racismo – Discursos e Projetos*. 4.º volume. Brasília; Gabinete do Deputado Federal Abdias do Nascimento

_____ *Combate ao Racismo – Discursos e Projetos*. 6.º volume; Brasília; Gabinete do Deputado Federal Abdias do Nascimento

VALENTE, Ana Lúcia E. F.. *Ser Negro no Brasil Hoje*. São Paulo; Editora Moderna

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo e HUNTLEY, Lynn (orgs.). *Tirando a Máscara – Ensaio sobre o racismo no Brasil*. São Paulo; Paz e Terra/ Southern Education Foundation; 2000

XAVIER, Arnaldo. *Manual de Sobrevivência do Negro no Brasil – subsídios para a discussão de racismo na revisão constitucional*. São Paulo; Nova Sampa; 1993

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil – Identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis; Vozes; 1999

SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros. Identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis; Vozes; 1999

PEREIRA, Edimilson de Almeida e GOMES, Núbia Pereira de Magalhães. *Ardís da Imagem. Exclusão étnica e violência nos discursos da cultura brasileira*. Belo Horizonte; Mazza/ PUC Minas; 2001

Mulheres Negras:

GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulher e escrava. Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis; Vozes; 1988

ALMADA, Sandra. *Damas Negras: sucesso. Lutas, discriminação: Chica Xavier, Lea Garcia, Ruth de Souza, Zezé Motta*. Rio de Janeiro; Mauad; 1995

THEODORO, Helena. *Mito e Espiritualidade. Mulheres Negras*. Rio de Janeiro; Pallas; 1996

GUSMÃO, Neusa M. Mendes de. *Terra de Pretos, Terra de Mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro*. Brasília; Fundação Cultural Palmares. S/ data

WERNECK, Jurema, Mendonça, Maisa e White, Evelyn C. *O Livro da Saúde das Mulheres Negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro, Pallas Editora/Criola/ Global Exchange, 2000.

WERNECK, Jurema. De Ialodês y Feministas. Reflexiones sobre la acción de las mujeres negras em América Latina y el Caribe. In: *Nouvelles Questions Féministes – revue internationale francophone* (edição em castelhano), vol 24, nº 2, 2005.

_____. A luta continua: o combate ao racismo no Brasil pós-Durban. In: *Rugidos e Sussurros – mais promessas que ações*. Observatório da Cidadania, Relatório 2005. Rio de Janeiro, IBASE/ Observatório da Cidadania, 2005

Estudos Feministas (revista) Dossiê Mulheres Negras. Vol. 3, nº 2, 1995

AMNB. Nós, Mulheres Negras – Diagnóstico e Propostas da Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras rumo à III Conferência Mundial contra o Racismo. Brasil, maio de 2001

_____. Articulação de ONGS de Mulheres Negras (folheto), s/ data

_____. Revista Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras. Rio de Janeiro, maio de 2003 – Edição nº 1

_____. Mulheres Negras Formulando Políticas de Desenvolvimento. CD-Rom, 2005

_____. Articulação de Mulheres Brasileiras/AMB, Action Aid. Políticas de Ajuste X Políticas de Inclusão: Gênero e Raça nas Políticas Públicas. Brasil, s/ data.

GONZÁLES, Lélia, A Mulher Negra na Sociedade Brasileira. Uma abordagem político-econômica, in LUZ, Madel T.(org.) *O Lugar da Mulher. Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1982.